



ANAIS



# III CEPIAL

---

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

---

Semeando Novos Rumos

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil



ANAIS



# III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:  
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS  
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho 2012  
Curitiba - Brasil

# ANAIS



**III CEPIAL**

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,  
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

### MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

#### RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

#### EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

#### RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

### MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

#### EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)  
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)  
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)  
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)  
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

### RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)  
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)  
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)  
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)  
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)  
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)  
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)  
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)  
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

### 5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

### RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)  
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)  
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)  
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)  
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)  
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)  
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)  
*Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza* (autor(es/as): Milson Betancourt)  
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

### 5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)  
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

## RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



## PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC

Vanessa Maria Ludka  
Doutoranda em Geografia – UFPR, Bolsista REUNI.  
vanessaludka@gmail.com

Nilson Cesar Fraga  
Professor Doutor DGEO/UDEL – PPGEU/UFPR  
nilsoncesarfraga@hotmail.com

Marcos Silva Moura  
Mestrando em Geografia – UFPR – Bolsista REUNI  
markosmsm@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de contribuir para planejamento urbano e ambiental de Bela Vista do Toldo, SC tendo como referencial teórico e normativo o planejamento e desenvolvimento territorial sustentável. Bela Vista do Toldo é um município emancipado recentemente, diante disso viu-se necessário apontar estratégias que visem o planejamento urbano e sustentável calcado na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

**Palavras-chave:** Planejamento ambiental, pequenas cidades, Bela Vista do Toldo.

### INTRODUÇÃO

A urbanização, compreendida enquanto processo que se desenvolve ao longo do tempo e se materializa no espaço, agrega a si elementos que são fundamentais para a compreensão da dinâmica política, econômica e social das pequenas cidades. Assim, refletir sobre o planejamento ambiental enquanto um desses elementos, requer pensar as transformações e influências que os planejadores, sobretudo através das políticas públicas, vêm exercendo, nas pequenas cidades.

Analisar o planejamento ambiental do município Bela Vista do Toldo é de importância ímpar para se pensar de maneira inovadora a cidade, tendo em vista que o mesmo foi emancipado há 18 anos e começa agora a melhorar a sua infraestrutura e diante disto, destacam-se as palavras de Konder que afirma que é necessário



“reconhecer na realidade da cidade os pontos em que podemos nos apoiar para começar a atuar sobre ela transformadoramente” (KONDER, 1994, p. 79).

Os objetivos desta pesquisa foi analisar o planejamento urbano e ambiental da cidade de Bela Vista do Toldo; Realizar levantamentos *in loco* dos aspectos urbanos relacionados à ocupação e desenvolvimento da sede do município e da zona rural; Propor diretrizes preliminares de planejamento urbano e sustentável de Bela Vista do Toldo.

Estes fatores merecem atenção, pois a cidade, ou seja, o perímetro urbano de Bela Vista do Toldo, vem sofrendo, nos últimos anos, um processo de melhoramento infraestrutural, sobretudo com o asfaltamento das ruas centrais, com a edificação de prédios públicos dentre outros, não seguindo a legislação urbana municipal, constante do Plano Diretor.

Metodologicamente analisamos o município por meio de aporte teórico, empírico e documental, além de pesquisa de campo.

Concluindo, salientamos a importância do planejamento ambiental para município de Bela Vista do Toldo, para que o mesmo não tenha como futuro o destino de muitas pequenas cidades brasileiras, as quais crescem sem nenhum planejamento urbano e ambiental.

## MEIO AMBIENTE

No que se refere ao conceito de meio em que vive o homem, várias são as definições acadêmicas e legais encontradas na literatura especializada. Algumas são do escopo restrito, abrangendo apenas os componentes da natureza; outras, refletindo uma concepção atualizada, consideram o meio ambiente um sistema no qual interagem fatores de ordem física, biológica socioeconômica e cultural. Nesse contexto, são apontadas basicamente duas perspectivas:

- Numa **visão estrita**, o meio ambiente é a expressão do patrimônio natural e das relações com e entre os seres vivos, deixando de lado tudo o que não esteja relacionado com os recursos naturais.
- Numa **visão ampla**, o meio ambiente abarca toda a natureza original e os elementos artificiais, incluindo os bens culturais correlatos; ou seja há o ambiente natural e físico constituído por solo, água, ar, fauna e flora, e o ambiente artificial formado por edificações e equipamentos, representando tantos os assentamentos



urbanísticos como as demais interpretações e alterações produzidas pelo homem.  
(EMÍDIO, 2006)

São inúmeras as interpretações existentes na literatura sobre o conceito de ambiente e meio ambiente. Assim é que, para alguns autores como Art (1998), dentro de uma visão mais estática, natureza é “termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural”.

Etimologicamente as palavras que formam o termo “meio ambiente” podem ser definidas da seguinte forma, de acordo com Valenti (1984):

Meio (do latim *Medium*) é o lugar e contexto imediato onde se encontra ou se movimenta qualquer ser vivo; Ambiente (do latim *Ambire*) é o que está periférico, que envolve o ser vivo [...] o seu entorno mediato, completando e reforçado, portanto, a idéia de “Meio”.

Portanto, ao utilizarmos de forma conjunta os dois termos através da expressão meio ambiente – ainda que linguisticamente se pratique uma certa redundância - , estamos emitindo a ideia reforçada aquilo que poderíamos também chamar simplesmente de meio ou ambiente, em ambos os casos sem perda relevante de significado.

Até por volta dos anos 1970 a expressão meio ambiente era difundida e utilizada genericamente referindo-se ao meio natural, ou seja, à natureza ou os ecossistemas naturais, acepção esta que ainda predomina na maioria leiga da população. No entanto, entre aqueles segmentos que se dedicam e se envolvem com essa área temática já se estabeleceu um amplo entendimento do conceito de meio ambiente, o qual inclui não só o meio natural mas também o meio artificial pleno de realizações materiais humanas, assim como os meios sociocultural e político-institucional em toda a sua dimensão. A essa abrangência conceitual há que se acrescentar que o meio ambiente é um sistema em si no qual interagem os elementos naturais e a sociedade humana em toda a sua plenitude de complexidade. (PIRES, 2001).

De acordo com Mendonça p. 124, 2009

Na evolução do conceito de meio ambiente (*environment, environnement*) observa-se o envolvimento crescente das atividades humanas, sobretudo nas quatro últimas décadas, mas ele continua fortemente ligado a uma concepção naturalista, sendo que o homem socialmente organizado parece se constituir mais num fator que num elemento do ambiente. De maneira geral, e observando-se tanto o senso comum como o debate intra e extra-academia, a impressão geral que se tem é de que a abordagem do meio ambiente está diretamente relacionado à natureza, como se existisse um a *priori* determinante, traduzido numa hierarquização dos elementos componentes do real, onde aqueles atinentes ao quadro natural estão hierarquicamente em posição mais importante e sem que ao quais não haveria possibilidade da compreensão ambiental da realidade.



A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981, define meio ambiente como “conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas “.

Fundamentos epistemológicos para estudar o meio ambiente apontam três posturas de acordo com Antônio Carlos Robert Moraes (2005) o primeiro é o *naturalismo*, ou a postura filosófica naturalista perante o mundo, perante a história, perante a relação homem-natureza, que toma a problemática ambiental numa perspectiva que perde totalmente a sua dimensão social. Tratam-se daqueles discursos que vêem o homem apenas como fator e alteração do equilíbrio de um meio; daquelas análises que não falam de uma sociedade mas apenas da “ação antrópica”, uma variável a mais num conjunto de fatores basicamente naturais; a relação homem-natureza, assim, sendo concebida sem a mediação das relações sociais.

A segunda postura é o *tecnicismo*, se o naturalismo perde a dimensão social da questão ambiental, tecnicismo dilui as implicações políticas de seu manejo – como se as “soluções técnicas” não envolvessem decisões políticas, interesses, projetos e perspectivas conflitantes etc. O tecnicismo visa, ao buscar uma legitimação integralmente aut centrada, autonomizar a ciência em relação à sociedade que a gerou, pondo a técnica como algo acima dos conflitos e das disputas; enfim, com uma aura de verdade só acessível a seus próprios formuladores. Na área de pesquisa ambiental, essa postura se manifesta com força.

A terceira postura coloca-se em certo sentido com a antítese da anterior. Trata-se do *romantismo* que permeia muitos discursos referentes à temática ambiental. Essa postura peca pelo inverso: se o tecnicismo nega a dimensão política, o romantismo peca por uma excessiva politização, na maioria das vezes com fundamentações frágeis ou inadequadas. Temos muito uma espécie de bom senso bem intencionado, ingênuo, ao tomar a política como reino da pura vontade - como se a política não tivesse sua lógica e suas determinações. Do ponto de vista da questão ambiental, o romantismo se manifesta, por exemplo, no preservacionismo radical que, no limite, pode veicular perspectivas anti-humanísticas ao colocar a natureza como um valor maior que o homem. (MORAES, 2005)

Considera-se, como ambiente o espaço onde se desenvolve a vida vegetal e animal (inclusive o homem). O processo histórico de ocupação do espaço, bem como suas transformações, em um determinada época e sociedade, fazem com que esse meio ambiente tenha um caráter dinâmico. Dessa forma, o ambiente é alterado pelas atividades



humanas e o grau de alteração de um espaço, em relação ao outro, é avaliado pelos seus diferentes modos de produção e/ou diferentes estágios de desenvolvimento da tecnologia.

De acordo com Coimbra, citado por Branco (1999), meio ambiente é o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda o desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro dos padrões de qualidade definidos.

O conceito de meio está implícito desta forma no objeto da biologia evolutiva, da antropologia estrutural e da economia política. Este conceito surgiu explicitamente dentro do campo da organização biológica que caracteriza o fenômeno vital ao ser importado por Lamarck da mecânica newtoniana. A noção de meio que aparece ali como o éter ou o fluido intermediário entre dois corpos, transformou-se mais tarde no entorno ou no ambiente conformado como um sistema de conexões que circundam e englobam os centros organizadores de certos processos materiais (biológicos, econômicos, culturais). É este sentido mecanicista do meio o que foi assimilado pelos enfoques holistas do pensamento ecologista atual.(LEFF, 2007).

É a partir deste sentido originário do conceito que Auguste Comte pensou a relação do organismo com seu meio, como uma função sujeita a um conjunto de variáveis suscetíveis de serem estudadas experimentalmente e quantificadas.

Já para Santos (1996) o conceito de ambiente envolve a biosfera ou a fina camada de vida que recobre a superfície da terra, localizada entre a crosta terrestre e a atmosfera constituindo, portanto, as condições externas e influências afetando a vida ou a totalidade do organismo das sociedades, ou a infra-estrutura biótica que sustenta populações de todos os tipos.

Por ambiente entende-se o “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (ART, 1998).

Muitos pensadores substituem o termo meio ambiente por ecossistema, mas não se considera o meio ambiente como sinônimo de ecossistema. O termo meio ambiente envolve o ser humano e toda a evolução, inclusive a tecnológica; o termo ecossistema mantém características de homeostase (princípio da manutenção do equilíbrio ou da estabilidade geral), de controle e evolução natural.



Gliessman (2000) considera que "o ambiente de um organismo pode ser definido como a soma de todas as forças e fatores externo, tanto bióticos quanto abióticos, que afetam seu crescimento, sua estrutura e reprodução (...) o ambiente no qual o organismo ocorre precisa ser compreendido como um conjunto dinâmico, em constante mudança, de todos os fatores ambientais em interação ou seja, como um complexo ambiental".

Casasola (2000) distingue três subconjuntos para o meio ambiente:

- **Ambiente natural:** refere-se ao conjunto de ecossistemas naturais cujos recursos se utilizam tal como existem na natureza.
- **Ambiente transformado:** inclui todos os espaços que foram criados ou modificados pelo homem para a realização de diferentes atividades, como agricultura, urbanização e pecuária.
- **Ambiente sociocultural:** envolve todas as instituições crenças, valores e sistemas de vida que as sociedades criaram por meio de sua evolução histórica, sendo portanto, a cultura e, seu sentido mais amplo.

A mundialização da questão ambiental teve início com a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em junho de 1972, em Estocolmo, movida pela degradação ambiental em todo o mundo (países desenvolvidos e periféricos) que se refletia em uma poluição industrial, exploração de recursos naturais, deterioração das condições ambientais e problemas sanitários, déficit de nutrição e aumento da mortalidade. Problemas como efeito estufa e aquecimento global, chuva ácida e aparecimento de buracos na camada de ozônio são efeitos do processo de industrialização.

#### *Conceitos Biofísicos (restritos) de Meio Ambiente*

É o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. - Meio Ambiente (Lei 6938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente):

É o âmbito biofísico natural, suas sucessivas transformações artificiais e sua dimensão espacial" (Sunkel & Giglio, 1980).

#### *Conceitos Ampliados de Meio Ambiente*

A noção de meio ambiente inclui o *meio natural*, as *tecno-estruturas* criadas pelo homem e o *meio social*. Inclui, portanto, todas as interações entre os elementos naturais e



a sociedade humana, ou seja, os domínios ecológico, social, econômico e político. (Sachs, 1986).

- O *meio ambiente* é composto por três níveis distintos de existência: o físico, o biológico e o humano, cada um dos quais obedecendo as suas próprias leis além das leis dos níveis inferiores.
- O *planeta físico*, sua atmosfera, hidrosfera e litosfera (ar, água, luz, temperatura, minerais, estruturas artificiais), obedecendo às leis da física e da química;
- A *biosfera* que inclui todas as espécies vivas (ser humano, animais, vegetação, microorganismos), obedecendo às leis da física, da química, da biologia e da ecologia;
- A *tecnosfera e sociosfera* que é o mundo criado e transformado pelo homem, incluindo prédios, máquinas, governos e economias, artes e religiões, obedecendo às leis da física, da química, da biologia e da ecologia e, também, às leis criadas pelo próprio ser humano.

O Meio Ambiente é o conjunto de fatores físicos, químicos e bióticos ao qual, cotidianamente, nos referimos como natureza. Em outras palavras, é o lugar em que vivemos, do qual dependemos para a nossa sobrevivência e o qual nos envolve e nos cerca. Um meio dinâmico, marcado por interações, ao qual, devido ao nosso enorme poder de modificá-lo, constantemente temos que nos readaptar.

O meio ambiente constitui-se, teoricamente, em recursos da natureza não passível de apropriação individual, já que deles depende, direta ou indiretamente, o bem estar da sociedade. Para tanto, definem-se recursos naturais como bens de uso comum, mas em função do devido múltiplo jogo de interesses, no seio da sociedade, que muitas vezes vão de encontro à idéia de bem coletivo, os recursos naturais passam a ser objetos de apropriação privada e uso diversos. Assim, torna-se necessário reconhecer o meio ambiente como um campo de tensão permanente entre interesses individuais e coletivos (SCOTTO e LIMONCIC, 1997).

Há, entretanto, outros autores que consideram que a natureza não se resume ao físico, pois ela é antes de tudo um produto, um resultado da visão que o homem tem dela no tempo e no espaço (LENOBLE, 1969) e que o meio ambiente não tem apenas um sentido estático, por ser constituído por relações dinâmicas entre seus elementos componentes, tanto vivos como não vivos. Dentro dessa linha de raciocínio, para Primavesi (1997), meio ambiente não é apenas o espaço em que se vive "mas o espaço do qual vivemos". Para Tostes (1994), "meio ambiente é toda relação, é multiplicidade de



relações. É relação entre coisas, como a que se verifica nas reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; é a relação de relação, como a que se dá nas manifestações do mundo inanimado com a do mundo animado (...) ...é especialmente, a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas. Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionariam”.

Os interesses individuais são caracterizados como sendo aqueles que orientam ações e práticas nas quais prevalecem as lógicas do uso privado dos bens públicos. Como conseqüências deste modo de uso, pode acarretar danos ao meio ambiente, o qual afeta sua disponibilidade para outros segmentos da sociedade e incorrendo em prejuízos ao uso comum dos bens públicos, enquanto os interesses coletivos do meio ambiente têm função de manter a sustentabilidade dos recursos naturais, para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da sociedade.

É de conhecimento geral que a história das civilizações está atrelada às formas de uso e ocupação do solo no entorno de rios ou de mananciais, sem os quais inviabilizaria a sua sobrevivência. É evidente que há a interação do homem com o meio ambiente e os processos de apropriação dos recursos naturais disponíveis sempre foram regidos por sua conduta perdulária e predatória, conseqüentemente, as atividades antrópicas têm gerado processos intensivos de exploração dos recursos naturais, sobretudo, em bacias hidrográficas, sob pretexto de uma demanda crescente para atender às suas necessidades básicas (BORGES, 2002).

## **PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

O planejamento ambiental surgiu, nas três últimas décadas, em razão do aumento dramático da competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos, que gerou a necessidade de organizar o uso da terra, de compatibilizar esse uso com a proteção de ambientes ameaçados e de melhorar a qualidade de vida das populações. Surgiu também como uma proposta adversa ao desenvolvimento tecnológico, puramente materialista, buscando o desenvolvimento como um estado de bem-estar humano, ao invés de um estado de economia nacional. O planejamento ambiental vem como uma solução a



conflitos que possam ocorrer entre as metas da conservação ambiental e do planejamento tecnológico. (SANTOS, 2004)

No Brasil, prenúncios mais concretos de propostas de planejamento ambiental ocorreram nos anos de 1930, quando foram modelados os planejamentos de recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas.

Conforme Bezerra, o planejamento ambiental é definido como:

[...] a ação de sistematizar o conhecimento científico sobre uma determinada região, apontando as inter-relações entre os recursos naturais e os usos possíveis frente a necessidade de manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, de forma que viabilize a tomada de decisão sobre o uso do território com vistas ao atendimento das demandas sócio-econômicas e a preservação dos recursos naturais (BEZERRA, 1996, p. 26).

Santos (2004, p. 28), por sua vez, entende que o planejamento ambiental consiste:

Na adequação de ações à potencialidade, vocação local e à sua capacidade de suporte, buscando o desenvolvimento harmônico da região e a manutenção da qualidade do ambiente físico, biológico e social.

O planejamento Ambiental é um instrumento dirigido a planejar e programar o uso do território, as atividades produtivas, o ordenamento dos assentamentos humanos e o desenvolvimento da sociedade, em congruência com a vocação natural da terra, o aproveitamento sustentável dos recursos e a proteção e qualidade do meio ambiente.

Metodologicamente, no princípio, o planejamento ambiental expressava a conjunção entre conceitos e estruturas de planejamento urbano, estudos de impacto ambiental e planos de bacia hidrográfica. Hoje, ele incorpora também a perspectiva de desenvolvimento sustentável, preocupando-se com a manutenção de estoques de recursos naturais, qualidade de vida e uso adequado do solo, além do aspecto da conservação e preservação de sistemas naturais.

Quando se compara o planejamento tradicional, como parte de um estilo de desenvolvimento econômico com o Planejamento Ambiental, como um instrumento para atingir o Desenvolvimento Sustentável, pode-se notar diferenças substanciais no quadro 01.

PLANEJAMENTO TRADICIONAL	PLANEJAMENTO AMBIENTAL
<b>OBJETIVOS</b>	
<b>Privilegiar o crescimento.</b> <b>Produzir para o comércio exterior.</b> <b>Critério de máxima eficiência econômica</b>	Privilegiar a qualidade de vida. Produzir para satisfazer as necessidades básicas da população. Critério de desenvolvimento regional harmônico.
<b>TEMPORALIDADE</b>	
<b>Centrado em curto e médio prazos.</b> <b>Sem integração do trabalho.</b>	Critério de longo prazo busca coerência para ações a curto e médio prazos.
<b>TECNOLOGIA</b>	
<b>Usa tecnologias imitativas</b>	Promove tecnologia ambiental, social e culturalmente adequadas.
<b>CONCEPÇÃO</b>	
<b>Desenvolvimento setorial e parcial.</b> <b>Linear, seleciona uma só ação.</b> <b>Determinista, com a suposição de certeza.</b>	Integral e sistemática. Múltiplas ações procura a combinação e a variedade. Trabalha com a incerteza, a probabilidade e o desconhecimento.
<b>ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA</b>	
<b>Promove formas de organização empresarial mercantil</b>	Critério heterogêneo da organização produtiva.

QUADRO 02 – COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO TRADICIONAL E O PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

FONTE: ADAPTADO DE RODRIGUEZ IN CAVALCANTI, 1997

Para a implementação do Planejamento Ambiental, deve-se cumprir os seguintes princípios, de acordo com Rodriguez (1997):

- **Participativo:** com incorporação dos cidadãos no processo de planejamento;
- **Global:** mediante a coordenação e integração das políticas setoriais;
- **Funcional:** mediante a adaptação das diferentes condições regionais;
- **Prospectivo:** tomando em consideração as tendências e a evolução a longo prazo;

- 
- **Correspondência:** através do ajuste com o estilo de desenvolvimento (a imagem objetiva) que deverá determinar o modelo territorial.

Segundo Santos (2004), o planejamento ambiental é organizado dentro de uma estrutura que envolve pesquisa, análise e síntese. A pesquisa tem o objetivo de reunir e organizar dados para facilitar a sua interpretação. Os dados organizados são avaliados para atingir a compreensão do meio estudado, com seus acertos e conflitos, constituindo a fase de análise. A síntese refere-se à aplicação dos conhecimentos alcançados para tomada de decisões. Para cumprir estas três grandes etapas, de forma geral, o planejamento apresenta-se como um processo, ou seja, é elaborado em fases que evoluem sucessivamente: o resultado de uma é a base ou os princípios para o desenvolvimento da fase seguinte. Na figura 01, é possível compreender esta estrutura apontada por Santos (2004):





Como mostra a figura 01, para cada fase há um conjunto de métodos que pode ser utilizado para obter o produto desejado. A definição de objetivos, por exemplo, só será concreta à medida que se avaliam as propostas para a área-alvo de, pelo menos, três vertentes: de quem contrata o planejamento, do executor do planejamento e dos órgãos e organizações ambientais que têm o poder de interferência na área a ser planejada.

Para alcançar a sustentabilidade, o planejamento ambiental geralmente considera os critérios a longo prazo, mas busca estabelecer também medidas a curto e médio prazo. Este procedimento pretende reorganizar o espaço, paulatinamente, para que não apenas no presente, mas também no futuro, as fontes e meios de recursos sejam usados e manejados de forma a responderem pelas necessidades da sociedade. Tais necessidades conciliam-se na produção e distribuição de alimento, água, matéria-prima, energia e bens de consumo, na construção de moradias e instalações, na disposição e tratamento de resíduos, na criação e manutenção de sistema de circulação e acesso, na criação e manutenção de espaços verdes, na promoção da educação e desenvolvimento cultural. Esta tarefa é bastante complexa e envolve todos os setores da sociedade. (SANTOS, 2004).

## **PEQUENAS CIDADES**

A origem das cidades está atrelada principalmente ao contexto socioeconômico e político atuante no espaço urbano, assim têm-se cidades de origem religiosa, comercial, industrial, entre outras. Quanto ao tamanho, os parâmetros demográficos, da produção industrial e da receita comercial são utilizados para dimensioná-las em cidades pequenas, médias, grandes e metropolitanas. (CORRÊA, 2003).

A cidade é um território particular de uma combinação de territórios que depende de realidades, mecanismos ou escalas bem diferentes, expressos pelas rupturas relacionadas não apenas a tamanho ou estatuto, como aquelas existentes entre o público e o que privado, entre o que é urbano e o que é rural, por exemplo. (RONCAYOLO, In SPOSITO 2008 p. 18)

A morfologia e os papéis das pequenas e médias cidades constituem-se como ponto de partida para sua compreensão, e a morfologia é a ciência que estuda o objeto – forma urbana – nas suas características exteriores, físicas e na evolução do tempo, ou seja, diz respeito à análise interna da cidade, de que modo as populações e as profissões se repetem no tecido urbano e como se organiza esse tecido. A morfologia urbana nos permite compreender os processos de transformação de uma cidade, de sua estrutura e



de sua paisagem, ou seja, compreender as causas sociais que fomentam as mudanças (ou permanências) do plano, da edificação e da própria imagem urbana (LAMAS, 1992).

De acordo com Castells (1973 apud BEZERRA, 2010), as cidades se formaram e passaram a existir tendo por base a produção e o trabalho na terra. As cidades tornam-se o local de residência dos proprietários rurais que não precisavam mais estar fixados no lugar da produção agrícola.

Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de um novo sistema de organização social, mas que não é separado do rural, nem posterior a ele, porque eles são estreitamente ligados no seio do processo de produção de formas sociais, mesmo se, do ponto de vista dessas formas, se esteja em presença de duas situações diferentes. (CASTELLS, 1973 apud BEZERRA 2010 p. 23)”.

A cidade não se resume ao conjunto de edifícios, por onde circulam pessoas e veículos, ao território ocupado, diferentemente, pelos atores sociais e suas atividades econômicas, nem tampouco aos aspectos culturais dos grupos populacionais que vivem na área urbana. A cidade é muito mais que cada um desses aspectos, e vai além da simples combinação ou da articulação entre eles. (SPOSITO, 2008)

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK in VELHO (org), 1973 p. 26).

Para Moura (2009), a cidade surge como uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não – e em todas as atividades de direção, de gestão e no processo de inovação. Lugar onde os vários grupos encontram, entre si, possibilidades múltiplas de coexistência e de intercâmbios, mediante a partilha legítima de um mesmo território.

O perfil urbano de pequenas e médias cidades é um assunto que vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras. A maior parte da produção científica relativa ao urbano é característica da realidade social metropolitana. Nesse sentido, este ensaio discute a maneira como as cidades pequenas e médias se relacionam apresentando a sua interdependência.

As pequenas cidades são um grande desafio para a pesquisa no Brasil, por diversos motivos, e um deles é a ausência, ainda, de uma produção acadêmica mais



significativa sobre essa temática, mas há de ser levado em consideração que a urbanização brasileira também é algo novo, se for considerado a sua longa duração. Todavia, nos estudos relacionados com essa temática, os recortes demográficos, para classificar ou definir o que é uma pequena cidade são polêmicos, pois há que se levar em conta que uma pequena cidade não poder ser definida apenas pelo seu número absoluto de habitantes, mas por outros fatores que devem ainda ser elucidados.

A referência mais utilizada para a delimitação do porte das cidades é a população residente, desse modo quanto menor a população, menor será a cidade e o contrário também é verdadeiro. Todavia, a partir da população residente, quando se trata do conjunto das cidades brasileiras, ou em outros termos, do sistema urbano brasileiro, trabalhos como o de Gohn (2007), a título de exemplo, definem pequenas cidades com até 50 mil habitantes.

Corrêa (1999) utiliza as expressões pequenos centros ou pequenos núcleos para cidades com população inferior a 50.000 habitantes.

Para Endlich (2006 p. 52)

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre - si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais.

A definição apresentada pelo IBGE (2000) oferece apoio, estabelecendo como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes, cidades pequenas, de 100 a 500 mil, cidades médias, e mais de 500 mil, grandes cidades. De acordo com os dados obtidos pelo IBGE 2010, verifica-se que é expressivo o número de cidades pequenas conforme gráfico 01:

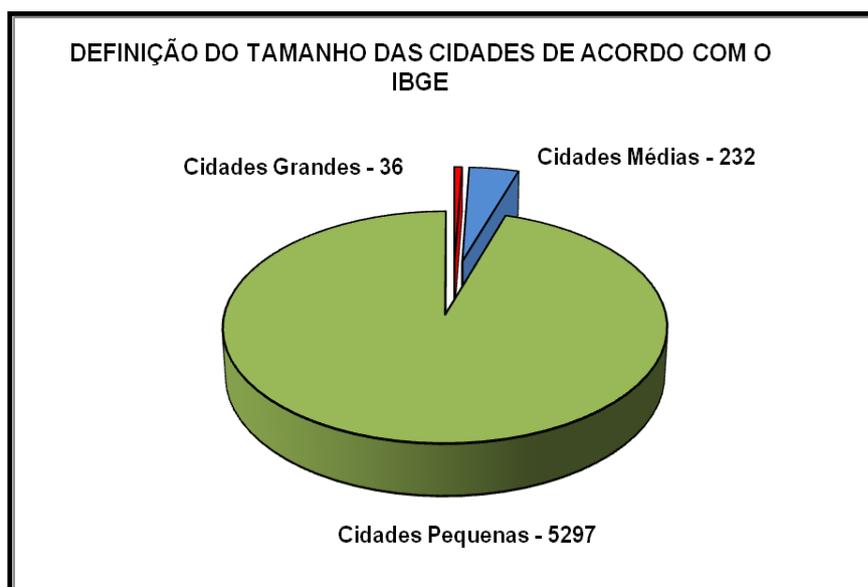


GRÁFICO 01 – DEFINIÇÃO DO TAMANHO DAS CIDADES DE ACORDO COM O IBGE

FONTE: IBGE, 2010. ORG. E MOD., LUDKA, 2010

A importância da pequena cidade, sede de novos municípios, não pode estar associada ao seu tamanho populacional. É importante considerar as funções que as mesmas desempenham dentro do contexto em que se inserem, mesmo que apresentem tamanhos limitados e reduzido grau de polarização passam a exercer certo grau de centralidade, definido pela natureza centrípeta das mesmas, muitas vezes associadas às novas formas de circulação ou a presença de projetos que definem novas frentes de econômicas de ocupação territorial ou de consolidação dessas mesmas frentes cuja dinâmica pode ser de natureza mais agrária, terciária ou secundária. E dada a essa condição, definem-se como pequenos centros de gestão do território de caráter econômico e político, independentemente de suas funções voltadas para uma dinâmica mais urbana ou mais rural. (TRINDADE JÚNIOR, 2009 IN MENDONÇA, SAHR, SILVA p. 646).

As cidades locais, termo utilizado por Milton Santos para designar pequenas cidades é “a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2008, p.88).

Ainda para Santos (2008, p. 88)

Para que exista uma cidade, deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade -, mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades.

Milton Santos (2008) ajuda a compreender também os papéis das pequenas cidades, nesse momento, pois estas não têm condições de suprir todos os bens e serviços, ou vendem muito caro, ou acabam por perder boa parte de seus habitantes”



Como aponta Souza, (2003) toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade, de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores. Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta sua interpretação ou interpretações.

A grande quantidade de cidades pequenas e médias no Brasil carece de planejamento, visando à qualidade de vida da população local e não somente ao crescimento econômico que beneficia grupos já privilegiados, ampliando as desigualdades sociais, de maneira que tais urbes passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores no que tange a emprego, educação, habitação, meio ambiente entre outros. Vê-se também a necessidade de investimentos do poder local em recursos públicos, na maioria das vezes escassos, ter como estratégia promover bons serviços públicos, melhorando os setores de educação, saúde, lazer que privilegiem todos os residentes, o que poderá representar novas possibilidades para as pequenas e médias cidades.

Bela Vista do Toldo possui hoje 6.004 habitantes, e a cidade se inclui na classificação apontada pelo IBGE como pequena cidade, ou como coloca Santos (2008) uma cidade local. Para Simas, Ludka e Fraga (2011), as cidades locais são aquelas com mais de 5.000 e menos de 25.000 e correspondem a mais da metade dos municípios brasileiros. Estas cidades possuem uma importante relação com o meio rural, o que é o caso de Bela Vista do Toldo.

## **LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA**

O município de Bela Vista do Toldo situa-se no Planalto Norte Catarinense, a latitude de seu ponto central é de 26°16' S e longitude 50°27'O. A sua área é de 527,82 km<sup>2</sup> e sua altitude de 752 metros. A população, em 2010, é de 6004 habitantes (IBGE). Seu IDH é médio (0,702), segundo o PNUD (2000). Originalmente o município era habitado pelos índios caingangue. Antes da Guerra do Contestado,<sup>1</sup> a região onde hoje

---

<sup>1</sup> A Guerra do Contestado em si foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. A Guerra do Contestado teve início em 1912 e terminou em 1916, por meio de um acordo político, FRAGA (2009, p. 17).

fica Bela Vista do Toldo era passagem de tropeiros, que transportavam gado, couro e charque do Rio Grande do Sul para Minas Gerais e São Paulo. Ali eles paravam para descansar e, por volta de 1880, surgiram pequenos povoados na região do Planalto Norte. (FIGURA 02)

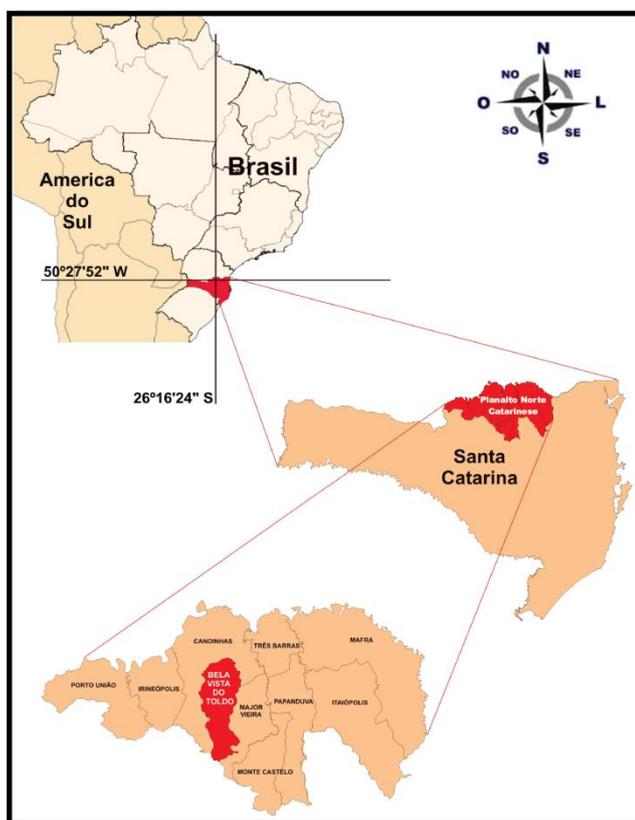


FIGURA 02 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Fonte: SANTA CATARINA (2010) disponível em

<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/mapas.htm> adaptado pela autora 2011.

Findada a Guerra do Contestado, imigrantes poloneses chegaram às terras que compõem o município. Abriram picadas nas florestas densas e construíram as primeiras casas nos arredores de Canoinhas, sendo esta, hoje, a cidade polo regional. Em 1924, deram entrada em Bela Vista do Toldo imigrantes italianos, alemães e ucranianos. Mais tarde japoneses, muitos deles fugindo da Segunda Guerra Mundial (SANTA CATARINA, 2010). As figuras 3 e 4 permitem visualizar dois momentos do perímetro urbano da cidade, o início da colonização efetiva, com o casario com aspecto de colônia européia e uma vista área atual.

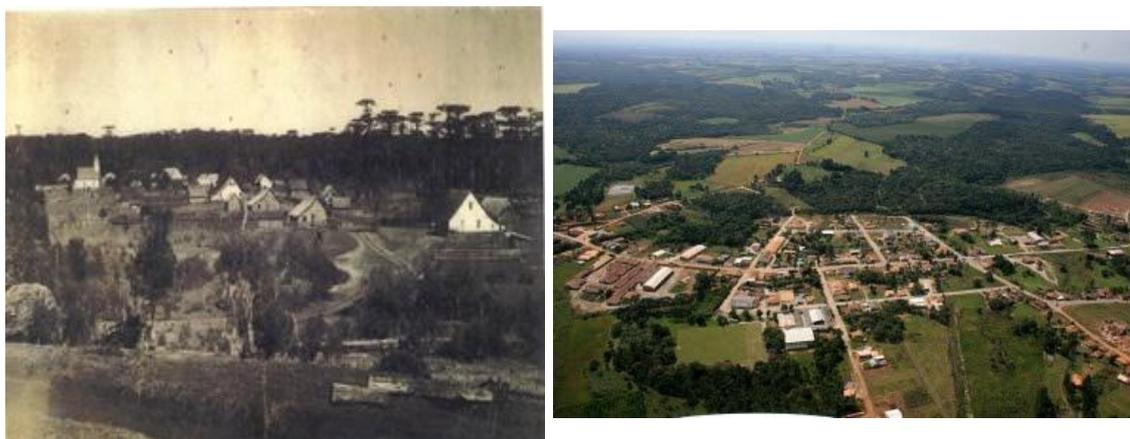


FIGURA 03 E 04 (NA ORDEM) - BELA VISTA DO TOLDO – SC NO INÍCIO DO SÉCULO XX E NA ATUALIDADE.

FONTE: SANTA CATARINA, 2010 E PROJETO AMBIAL, 2010.

Os pioneiros oficiais, ou primeiros colonizadores, foram João e Camilo Corrêa e Estanislau Schumann, os populares "posseiros", pois chegavam e tomavam posse das áreas de terra que lhes interessava, ali fixavam suas raízes, constituíam família e, com o passar dos anos, bastava requerer legalmente o usocapião destas áreas para se tornarem os legítimos proprietários (BELA VISTA DO TOLDO, 2010). Tais fatores da ocupação inicial do solo, em nada diferem do resto da ocupação regional e até mesmo brasileira, e isso definiu a organização territorial.

O deslocamento de um ponto para outro no território, que viria a ser o município em questão, era feito através da mata cerrada, onde se abriam picadas mata adentro, aos quais se denominavam "carreiros", que mais tarde vieram a se tornar as primeiras estradas que cortam a região e a infraestrutura primitiva gerada no lugar. Com o passar do tempo, foram se formando pequenos vilarejos, nos quais se construíram igrejas, escolas, casas de comércio, serrarias, fábrica de erva-mate, novas casas e outros edifícios necessários para a vida das pessoas que ali viviam, criando assim, as pequenas cidades regionais, dentre elas, Bela Vista do Toldo, que não foge à regra, quando se analisa por meio da premissa do desenvolvimento local e até mesmo regional.

Bela Vista do Toldo, em termos políticos, tornou-se município em 16 de abril de 1994 é composto por 17 comunidades sendo: Tira Fogo, Rio dos Poços, Arroio Fundo, Imbuia, Gralha, Rio Bonito, Serra da Lagoa, Serra dos Borges, Rio de Areia de Cima, Colônia Ouro Verde, São Sebastião dos Ferreiras, Serra do Lucindo, Pinhalzinho, Entre Rios, Ribeirão Raso, Lagoa do Sul e a sede do município.



Com o intuito de analisar a paisagem e a morfologia urbana de Bela Vista do Toldo e verificar os avanços sofridos no perímetro urbano da mesma, em setembro de 2010, realizamos um trabalho de campo pela sede e pelo interior do município.

As análises de campo, primariamente, demonstraram que Bela Vista do Toldo vem passando por um processo de desenvolvimento urbano perceptível no seu aparelhamento e melhoramento estético urbano, ou seja, a paisagem da cidade ficou mais atraente, ou vulgarmente, mais bonita. Porém, para alcançar a qualidade de vida urbana possível para uma pequena cidade, ela precisa trabalhar no sentido inverso da estética urbana, indo ao encontro da resolução dos seus problemas socioambientais, culturais e econômicos, para alcançar um desenvolvimento sustentável possível em microurbanizações.

Além da análise de campo, examinou-se o Plano Diretor do município, e o que se pôde observar é que é falho, segundo informações obtidas, este Plano Diretor foi realizado sem a participação da comunidade, apenas por uma equipe sem maiores aprofundamentos nos estudos socioambientais e culturais do município, fato que inviabiliza ações de cunho mais profundo para as demandas municipais e seu desenvolvimento.

Sabe-se que o plano diretor, conforme estabelece o artigo nº 40 e em conformidade com o Estatuto da Cidade, é obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações Urbanas onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos de parcelamento, edificação e utilização de compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação mediante pagamentos em títulos da dívida pública, integrantes de áreas de especial interesse turístico inseridas na área de influencia, com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional – mas este não é, necessariamente, o caso de Bela Vista do Toldo<sup>2</sup>.

Um dos elementos fundamentais trazidos pelo Estatuto da Cidade é a noção de planejamento, como uma das diretrizes gerais da política urbana e o alcance das normas decorrentes do planejamento, ou seja, da lei que estabelece o Plano Diretor no município, considerando o disposto no parágrafo único, do artigo 1º, do Estatuto da Cidade<sup>3</sup>

No caso do município de Bela Vista do Toldo, em especial por se encontrar em processo de crescimento, é preciso elaborar planos de expansão e aproveitamento adequado do solo, com a devida conformação do sistema viário e localização dos

---

<sup>2</sup> O município de Bela Vista do Toldo - Santa Catarina tem somente 6004 habitantes.

<sup>3</sup> Parágrafo único, do artigo 1º, do Estatuto da Cidade: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos bem como do equilíbrio ambiental.

serviços, de modo a melhorar a qualidade de vida, prevenindo-a contra o crescimento desordenado e situações urbanas caóticas, como se vê em muitas cidades brasileiras.

Bela Vista do Toldo sofreu um processo de acelerado desenvolvimento urbano, isso se consideradas as fragilidades infraestruturais que a cidade possuía quando da sua emancipação, em 1994.

Porém, tais avanços na infraestrutura urbana não foram, ainda, suficientes para que a cidade rompesse o subdesenvolvimento que a acompanha historicamente, caracterizando-a, ainda, como uma das cidades menos desenvolvidas de Santa Catarina, sobretudo no que concerne aos índices de desenvolvimento humano.

A aparelhagem urbana atual é contrastante com as verificadas nos últimos anos. A ainda pequena Bela Vista do Toldo possui hoje todas as suas principais ruas asfaltadas, com meio fio e um sistema de localização, por meio de placas de indicação nas vias, o que surpreende, pois em cidades maiores, como, por exemplo, Canoinhas (polo regional), esse aparato urbano é deficiente.

Mas os melhoramentos apontam um avanço no desenvolvimento da cidade os quais são vistos noutros serviços oferecidos, principalmente pela quantidade de prédios novos que se espalham pelas ruas da cidade, tais como: o edifício do posto de saúde, que atinge o patamar de um pequeno hospital, para casos não complexos da necessidade de serviços médicos, um grande centro de eventos, próximo deste um imponente edifício para a nova rodoviária, um amplo colégio estadual e com ginásio poliesportivo anexo. Além daqueles equipamentos urbanos necessários ao cotidiano da vida urbana, como posto bancário, panificadoras, lojas de roupas, alimentos e implementos agrícolas (FIGURA 05 e 06).



FIGURAS 05 E 06 (NA ORDEM): CENTRO DE EVENTOS E RODOVIÁRIA.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2011.

Observou-se que os espaços de lazer ainda são insuficientes, havendo apenas um local para atividades desportivas e festas populares, cuja infraestrutura ainda é precária. Basta lembrar que a cidade não possui uma praça central, onde os jovens, adultos e idosos poderiam se encontrar nos finais de semana. O pequeno jardim defronte a igreja matriz é insignificante para tal fim. Isso demonstra que a cidade foi crescendo às margens da estrada principal, cuja gênese a caracteriza como um caminho tropeiro que lentamente foi recebendo casas de moradores e de comerciantes.

Alguns aspectos chamam a atenção para as condições de vida dos cidadãos do perímetro urbano, dentre eles, a inexistente coleta do esgotamento doméstico. Há, nas proximidades do rio Bela Vista (Imagens 07 e 08), no centro da cidade, algumas poucas habitações precárias, cujo esgoto fica empoeado nas ruas e desemboca no próprio rio. Mas o rio Bela Vista apresenta qualidade ambiental, pois aparentemente seus níveis de poluição ainda são baixos, quando observada a turbidez e os odores exalados da calha do rio. Mas a mata ciliar, aproveitando que a cidade não conseguiu ainda avançar completamente sobre ele, precisa ser reconstituída em alguns pontos, garantido, para o futuro da cidade, a qualidade das águas urbanas – o rio Bela Vista deságua no rio Paciência e a zona urbana se assenta na planície de tal encontro de águas.



FIGURA 07 E 08 (NA ORDEM): RIO BELA VISTA – NA FOTO 08 PODE-SE VERIFICAR QUE PESSOAS LAVAM LOUÇA E ROUPAS NO RIO.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, JANEIRO DE 2012.

Estes fatores demonstram, ainda, que quanto a pensar e fazer as políticas públicas urbanas para pequenas cidades, o Estado segue o mesmo padrão político-infraestrutural, geralmente não levando em conta a peculiaridade de cada aglomerado urbano e principalmente o planejamento ambiental, e isso fica claro em Bela Vista do Toldo.



Bela Vista do Toldo necessita buscar na sua essência de existência local e regional o caminho de uma transformação onde os anseios da sua população sejam levados em conta nos projetos de políticas públicas, caso contrário, cairá na lógica e mesmice das tradicionais pequenas cidades do estado e do país – e ela tem tempo e espaço para isso, bastando mudar a forma tradicional de fazer política e respeitando a alma do lugar, para romper aquilo que seria um crescimento natural.

Crescendo de forma “natural” como a maioria das cidades brasileiras, Bela Vista do Toldo sofre numerosas restrições ao seu desenvolvimento, mormente porque inexistem um Plano de Desenvolvimento ou um plano de planejamento ambiental, no qual sejam contempladas as diversas ações que priorizem o aproveitamento dos recursos disponíveis e a introdução de outros, como novas tecnologias, capacitação, treinamento e mobilização social.

O processo de ocupação e uso do solo em Bela Vista do Toldo não evoluiu de forma adequada, bem como os projetos de casas populares, o asfaltamento das principais ruas, a construção de prédios públicos como a rodoviária, não seguiram um planejamento adequado. O próprio plano diretor do município foi criado por uma equipe de profissionais sem seguir as bases de um planejamento, e sem a opinião da comunidade, ou seja, não foi elaborado multidisciplinarmente, menos ainda, com participação e aval da sociedade civil organizada belavistense.

Ao analisar as áreas de preservação permanente propostas pelo plano diretor, observou-se diversas falhas, sendo elas: manutenção da mata ciliar somente de um lado da margem do Rio Bela Vista; neste mesmo rio, em trabalho de campo, pôde-se observar a presença de casas nas margens e muito próximas da calha do rio, o que é proibido por lei; a área industrial foi indicada para ser ereta em local de preservação permanente, além de outros equívocos típicos de planos diretores feitos de forma verticalizada, ou seja, sem a participação da sociedade local. Diante disso, propõe-se a readequação desta zona, sendo levada para as margens da SC 423. Sugere-se preservar a mata ciliar dos dois lados do rio Bela Vista e do rio Paciência como é previsto em lei. Criação de uma área de preservação permanente no bosque de araucárias próximo ao cemitério da cidade, o que futuramente pode-se tornar um ótimo laboratório de estudos, área de lazer com trilhas para caminhadas, etc. Na área onde se localiza o campo de futebol da cidade, que no plano diretor se destinaria à área industrial, sugere-se também criar uma área de preservação permanente, tendo em vista que há um bosque de mata nativa que se localiza a poucos metros do rio Paciência e suas várzeas.



O melhor disciplinamento do uso e ocupação do solo na pequena urbe de Bela Vista do Toldo é aquele que considera e introduz os aspectos ambientais no seu ordenamento. Desta forma, os instrumentos de planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano devem trabalhar de modo integrado com os instrumentos destinados à preservação e controle de acidentes ambientais futuros, tendo como objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população e conservação dos recursos naturais ainda existentes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como parte de um processo histórico amplo, as cidades podem assumir determinadas funções que se transformam ao longo do tempo e que terminam muitas vezes por lhes conferir um status completamente novo, diferente daquele que se ensejou. No Brasil, as diferentes formas de ocupação do território passaram por um processo geral de transformações funcionais, consequência de sua evolução e da compreensão que seus habitantes têm sobre suas cidades.

Ao analisar os planos de planejamento desenvolvidos no município em questão, observa-se em Bela Vista do Toldo a falta de uma cultura do planejar, a qual explica uma parte importante do desordenamento do município, a que se junta um desconhecimento generalizado das consequências e da implantação de opções erradas quanto à transformação do território.

Bela Vista do Toldo necessita elaborar políticas públicas que visem ao desenvolvimento local calcado na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. O processo de organização territorial, ou socioespacial, segue princípios de ocupação natural, sem grandes planejamentos ao longo da história da comunidade, mas assumem fator primordial quando se busca construir bases para um futuro sustentável para o município, respeitando o desenvolvimento local e, porque não, em consonância com o regional.

As análises do território, com base em Haesbaert (2007), e considerando que o objeto de análises é um município novo, demonstram que Bela Vista do Toldo possui organização do território político e jurídico que lhe dá autonomia no âmbito do Estado. Mas quando busca se estabelecer as territorialidades municipais, ainda identificados em processo de cristalização, se deve considerar o fator multicultural do processo histórico de ocupação humana, pois este reúne, em um mesmo espaço geográfico, remanescente dos povos originários (índios), os posseiros e seus pontos de parada, quando levavam as



tropas de gado e mulas que iam do Rio Grande do Sul para São Paulo, descendentes de poloneses, alemães, italianos, ucranianos, portugueses, além dos caboclos remanescentes da Guerra do Contestado. Há que se respeitar os fatores determinantes vindos do período da Guerra do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916, deixando marcas culturais e étnicas em uma parcela da população descendente de *mestiços*, que viveu naquela região do Planalto Norte de Santa Catarina.

A instalação dos diversos grupos mencionados e o processo natural de miscigenação resultou em um profundo intercâmbio cultural que gerou o território multicultural observado, sendo esse um dos fatores que dificultaram o estabelecimento do município como um território único - mas de múltiplas territorialidades, principalmente na perspectiva dos territórios culturais.

Mas quando se analisa ambientalmente o território municipal, o mesmo constitui-se como um único território, no passado dominado pela Floresta de Araucária. Esta floresta foi representante regional como um domínio político-econômico sendo associado com a forte influência da indústria madeireira que apropriou-se deste recurso, que foi durante séculos dominado pela população tradicional do planalto, que se utilizava da mesma como modo de subsistência junto com a extração da erva-mate, a criação de porcos e de outros animais de pequeno porte.

Outro fator determinante, que impede fazer uma leitura uniforme do município, é que esse ainda se caracteriza ou se estabelece dentro da definição de cidade pequena, porque possui escassa população, levando em consideração o conceito de que "pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos possui relações hierárquicas entre estas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos um pouco diversificados funcionam como polos micro-regionais", conforme aponta Endlich (2006, p. 52). No entanto, Bela Vista do Toldo possui dificuldades enquadradas teoricamente na proposta mencionada, pois a cidade possui um comércio insignificante e as instalações públicas e privadas estão muito longe de fazê-la um polo regional.

A análise feita em Bela Vista do Toldo, demonstrou, que o município, assim como a sua própria geografia urbana e rural, é dependentes dos benefícios financeiros prestados pelo Estado e pela União. A impossibilidade de uma autonomia financeira tem um impacto direto na infraestrutura, planejamento socioambiental e, sobretudo, para que a cidade alcance um desenvolvimento local, pois ela não dá conta de se "inventar" sozinha. Isso só seria possível por meio de políticas públicas que, antes de mais nada, devem ser pautada na sustentabilidade e nas necessidades reais da sua comunidade.



Bela Vista do Toldo ainda convive sobre o manto do subdesenvolvimento encontrado em muitas cidades da região do Planalto Norte Catarinense, ou região do Contestado que lhe dá mais identidade. Mesmo tendo vivido com um processo de desenvolvimento considerável nos últimos 15 anos, a sede e o município ainda demandam de muitas políticas públicas para romper um ciclo histórico de convivência de parcela considerável da população na linha da pobreza. Uma maneira de romper com tais condições seria rever sua gestão de política pública, buscando desenvolver a cidade com respeito à sua identidade local/regional, mesmo considerando que os recursos do desenvolvimento do município, nos últimos anos, sejam, na sua maioria, estaduais e federais.

Vê-se também a necessidade de rever o plano diretor da cidade, pois o mesmo contém falhas e está incompleto, faltando principalmente os anexos, Este plano deve ser repensado junto a uma equipe especializada e junto à comunidade que vive efetivamente os problemas e as transformações da cidade, fazendo também com que a população compreenda seu papel na organização e produção do espaço urbano.

Se Bela Vista do Toldo não se reencontrar socioambiental e economicamente, terá como futuro o destino de muitas das pequenas cidades brasileiras, pois só haverá desenvolvimento de fato se a cidade não perder sua alma, sua exclusividade diferencial e num mosaico de urbanizações pequenas na sua região geográfica – seu futuro depende de ações que partam de dentro para fora e não de fora para dentro.

Acredita-se que seja viável compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental, desde que sejam considerados os problemas ambientais dentro do processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às necessidades de todas as esferas: a pública, a privada e a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ART, W. H. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo:

UNESP/Melhoramentos, 1998.

BELA VISTA DO TOLDO. **Plano Diretor**. Bela Vista do Toldo, 2008.

**BELA VISTA DO TOLDO**, 2010: Disponível em:

<http://www.pmbvt.sc.gov.br/conteudo/?item=17998&fa=1557&cd=7595>. Acesso em 20/08/2010.



BEZERRA, M. C. **Planejamento e gestão ambiental**: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos. 1996. 227 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEZERRA, L. S. **Desenvolvimento Urbano Sustentável**: Realidade ou utopia. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. [pdf]. Acesso em 19 de novembro 2010.

EMÍDIO, T. **Meio Ambiente e Paisagem**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

BORGES, A. N. **Implicações ambientais numa bacia hidrográfica do rio Pitimbu (RN) decorrentes das diversas formas de uso e ocupação do solo**. Natal, 2002. 190. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) - Setor de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 1981.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Acesso em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em maio de 2010

CASASOLA, L. **Turismo y ambiente**. México: Trillas, 2000.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas: Millenium, 2002 2º ed.

CORRÊA, R. L., **Uma nota sobre o urbano e a escala**, In: Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII – nº 11, 12 e 13 – p. 133, 136, set./out., 2003.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006 (Tese de doutorado em Geografia).



FRAGA, N. C. (Org.). **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **O futuro das cidades**. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gohn.html>. Acesso em: jun. 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/index.php> . Acesso em: Abril de 2011

KONDER, L. Um olhar filosófico sobre a cidade. In PECHMAN, R. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LAMAS, José P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbentian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MENDONÇA, F; KOZEL S. (Orgs) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2009.

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento?. In ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.



PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 2.ed.Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PIRES, P. S. Interfaces ambientais do Turismo. In TRIGO, L. G. G. (org). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. SENAC, São Paulo, 2001.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

ENRIQUEZ V. A. **Hacia una delimitacion conceptual del desarrollo regional/local**. Desarrollo regional/local en El Salvador: retos estratégicos del siglo XXI, FUNDE. San Salvador, 1997

RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990. In SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTA CATARINA, **CONTESTADO**. Florianópolis, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

SIMAS, F. A. O.; LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. Território(s) e desenvolvimento regional: Arranjos e perspectivas na relação entre pequenas e médias cidades. In FRAGA, N. C.



(Org). **Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SUNKEL, O; GIGLO, N. **Estilos de desarrollo y médio ambiente em la América Latina**. **México**: Fondo de Cultura Econômica, Lecturas n. 36, 1980.

TOSTES, A. **Sistema de legislação ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes/CECIP, 1994.

TRINDADE JÚNIOR, S. Amazônia Oriental: Cidades, Urbanização do território e estratégias de gestão no espaço paraense. In MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, L.; SILVA, M.(Org.) **Espaço e tempo**: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, ADEMADAN, 2009.

VALENTI, J.V. **Lãs distintas visiones geográficas de lãs relaciones entre naturaleza y hombre**. *Revista de Geografia*. Barcelona, (Depto. de Geografia, Universidad de Barcelona), v. XVIII, p. 5-17, 1984.